

Justificativa Jurídica para Manutenção das Notas Atribuídas ao Projeto "Horizontes Literários"

Prezado(a) Avaliador(a),

O recurso apresentado pelo proponente Izau Christofer de Oliveira Souza, referente ao projeto "Horizontes Literários", visa a revisão das notas atribuídas a seu projeto no Edital 02/2024 - Ziraldo Alves Pinto.

Após análise detalhada dos argumentos apresentados e do contexto jurídico aplicável, sustento a justificativa para a manutenção das notas atribuídas, com base nos seguintes fundamentos legais e princípios que regem o processo administrativo e a análise de projetos culturais.

1. Critério A - Qualidade do Projeto (Nota 8)

A pontuação atribuída ao critério "Qualidade do Projeto" é 8/10, com a justificativa de que o projeto apresenta coesão, mas carece de detalhes sobre a metodologia de acompanhamento das metas. O proponente solicita uma revisão da nota com a complementação de uma tabela mais detalhada sobre os indicadores de resultados e acompanhamento das metas.

Fundamento jurídico: A Lei nº 13.979/2020, que regula os processos administrativos, destaca a necessidade de fundamentação clara e objetiva nas decisões. O detalhamento adicional proposto pelo proponente, como uma tabela de acompanhamento e indicadores específicos, é uma proposta válida que visa melhorar a clareza do projeto, mas não altera o fato de que, na versão original, a metodologia não estava suficientemente descrita. O princípio da **moralidade administrativa** exige que os projetos sejam avaliados de forma transparente e justa. A nota atribuída reflete uma avaliação objetiva e fundamentada, que destaca a necessidade de maior clareza na metodologia e na mensuração dos resultados, conforme os critérios do edital.

Conclusão: A nota atribuída reflete a análise da proposta original. A revisão da nota para um valor superior pode ser considerada apenas se o detalhamento proposto realmente melhorar a clareza e a viabilidade do acompanhamento das metas. No entanto, a avaliação inicial está de acordo com os princípios da **eficiência** e **transparência**.

2. Critério B - Relevância da Ação para o Cenário Cultural do Município (Nota 6)

O proponente solicita a revisão da nota atribuída ao critério "Relevância da Ação para o Cenário Cultural do Município", destacando a conexão do projeto com a tradição literária de Caratinga e a valorização da literatura local.

Fundamento jurídico: O art. 37 da Constituição Federal exige que as decisões administrativas sejam tomadas de forma impessoal e objetiva. A nota de 6/10 foi atribuída com base na avaliação de que, embora o projeto tenha um potencial positivo

Rua Wady José Alau, 85, 304, Ouro Preto, Belo Horizonte

(35) 9 9946-5751 e (31) 9 9204-5159

gestao3@outlook.com

para o fomento à literatura local, a justificativa da relevância cultural no contexto de Caratinga não foi suficientemente explorada na proposta inicial. O projeto poderia ter apresentado de forma mais clara a relação com a história literária local e o impacto específico na cidade.

O princípio da **eficiência** exige que a administração pública priorize a execução de projetos com impacto concreto e visível para a comunidade. A avaliação reflete a necessidade de uma melhor argumentação sobre a relevância cultural no contexto local.

Conclusão: A nota de 6/10 reflete a avaliação crítica da insuficiência de detalhes sobre a relevância específica para Caratinga. A revisão da nota pode ser considerada se o proponente apresentar informações adicionais que evidenciem claramente a contribuição do projeto para o fortalecimento da cena literária local.

3. Critério D - Coerência da Planilha Orçamentária e Cronograma (Nota 7)

O proponente compromete-se a apresentar uma planilha revisada e detalhada, com informações mais específicas sobre o uso de recursos para oficinas e palestras. Ele solicita a revisão da nota com base na transparência e viabilidade do orçamento.

Fundamento jurídico: O art. 5º, inciso XXXIV, da Constituição Federal, garante a publicidade e transparência dos atos administrativos. A planilha orçamentária e o cronograma devem ser claros e completos, de forma a assegurar que os recursos serão utilizados adequadamente. A nota de 7/10 reflete a falta de informações detalhadas sobre como os recursos seriam distribuídos nas ações específicas, como as oficinas e palestras. O princípio da **legalidade** exige que a administração pública só aprove orçamentos que estejam em conformidade com as exigências legais e os objetivos do projeto.

Conclusão: A nota atribuída está fundamentada na necessidade de maior clareza na alocação dos recursos orçamentários. A revisão da nota pode ser considerada se o proponente apresentar a planilha orçamentária revisada de forma detalhada e clara, conforme solicitado. No entanto, a avaliação inicial está de acordo com os requisitos do edital e os princípios de **eficiência** e **transparência**.

4. Critério G - Trajetória Artística e Cultural do Proponente (Nota 9)

O proponente solicita a revisão da nota de 9/10 para a pontuação máxima, destacando sua experiência como escritor e gestor cultural, além de sua atuação em projetos literários e culturais.

Fundamento jurídico: A Lei nº 13.979/2020 exige que a análise de cada critério seja feita de forma objetiva e fundamentada. A pontuação de 9/10 reflete uma avaliação positiva da trajetória do proponente, considerando sua experiência e qualificação técnica. No entanto, a Comissão de Seleção, dentro de sua discricionariedade, pode ter considerado que não houve evidências suficientes para justificar a pontuação máxima,

Rua Wady José Alau, 85, 304, Ouro Preto, Belo Horizonte

(35) 9 9946-5751 e (31) 9 9204-5159

gestao3@outlook.com

especialmente em relação ao histórico específico em eventos literários e o impacto direto das publicações anteriores.

Conclusão: A nota de 9/10 reflete uma avaliação positiva, mas, considerando o princípio da **impressoalidade** e a necessidade de critérios objetivos, a pontuação máxima só seria aplicável se houvesse comprovação mais clara da trajetória do proponente, especialmente com relação ao impacto direto de suas publicações e sua atuação no cenário cultural. A revisão da nota para a pontuação máxima poderia ser considerada caso o proponente apresente mais informações sobre sua contribuição específica para o campo literário.

Conclusão Geral

A análise das notas atribuídas ao projeto "Horizontes Literários" foi realizada com base nos critérios estabelecidos no Edital 02/2024, respeitando os princípios constitucionais da **legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e transparência**. Embora o proponente tenha solicitado a revisão das notas com base em complementações e esclarecimentos, a avaliação inicial está fundamentada nas informações e documentos apresentados no momento da análise.

Atenciosamente,
Comissão de Análise
Edital 02/2024 - Ziraldo Alves Pinto

GESTÃO E CONSULTORIA

Belo Horizonte- MG, 24 de dezembro de 2024

DOUGLAS CÂNDIDO FERREIRA

REPRESENTANTE LEGAL

CPF: 116.724.226-20

RG: 16.796.069

